

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS” (CPIBIOPI – CPI DA BIOPIRATARIA)

REQUERIMENTO Nº , DE 2004

(Do Sr. Sarney Filho)

Requer autorização para o deslocamento da CPI para as ações que especifica na zona de fronteira.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos regimentais e ouvido o plenário, seja autorizado o deslocamento da CPI para Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e outras localidades na zona de fronteira do Brasil com o Peru, a Bolívia e o Paraguai, visando a participar de operações conjuntas efetuadas pelo IBAMA, a Polícia Federal, o Exército e outros órgãos públicos, realizar audiências públicas e todas as atividades de investigação que forem consideradas importantes nesses locais, inclusive requisitando documentos.

JUSTIFICAÇÃO

O IBAMA, a Polícia Federal e o Exército brasileiro estão realizando operação conjunta na fronteira do Acre com o Peru, visando à vigilância da fronteira e o controle da exploração ilegal de madeira e outros ilícitos.

A fronteira do Acre com o Peru é de mais de um milhão de hectares e nessa faixa, no lado brasileiro, estão reservas extrativistas, o Parque Nacional da Serra do Divisor e a Reserva Indígena Ashaninka. A Reserva Ashaninka, a cerca de 700 quilômetros a oeste de Rio Branco, foi criada em 1987 pela Funai e ocupa uma área de 91.200 hectares. Segundo notícia publicada no jornal A Tribuna, de Rio Branco, em 28.09.2004, do outro lado peruano existe uma área de manejo florestal, oferecida pelo governo peruano para madeireiros internacionais.

Nessa operação, foram presos quatro peruanos no dia 27.09.2004. Eles teriam derrubado ao menos 100 metros cúbicos de mogno na reserva dos Ashaninka. Os presos foram levados para Cruzeiro do Sul (640 quilômetros de Rio Branco).

Problemas são registrados, desde 2001, naquela faixa, mas esta é a primeira vez que o IBAMA consegue, de fato, flagrar madeireiros na região. Com a prisão dos peruanos, o governo brasileiro poderá intervir diplomaticamente na região, pedindo uma atuação mais enérgica por parte do governo peruano.

Como essa operação ainda está em andamento, entendemos que esta CPI deve integrar-se aos esforços empreendidos pelo IBAMA, Polícia Federal e Exército brasileiro, realizando reuniões e investigações na cidade de Cruzeiro do Sul.

Além da operação citada, está em andamento a operação Jauru II, na zona de fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com a participação do Ministério da Defesa e vários outros órgãos federais e estaduais. Estão sendo priorizadas as ações de intensificação de vigilância das fronteiras, de patrulhamento nas calhas dos rios e de apoio aos órgãos de segurança pública e outros órgãos civis de fiscalização fazendária e ambiental. Como a operação pode servir de exemplo para outras ações desenvolvidas em nossas

fronteiras, avaliamos que a CPI deve conhecer de perto a experiência, tendo em vista propor aperfeiçoamentos em termos de legislação e políticas públicas.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado Sarney Filho

2004_11970_Sarney Filho.999